MARIA CELIA NOGUEIRA PINTO E BORGIO

CONVENÇÕES PROCESSUAIS EM MATÉRIA DE PROVA:
interações do autorregramento da vontade das partes e dos poderes
instrutórios do juiz no contexto do Processo Civil democrático

Tese de Doutorado

Orientador: Prof. Dr. Marcelo José Magalhães Bonizzi

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2019

MARIA CELIA NOGUEIRA PINTO E BORGIO

CONVENÇÕES PROCESSUAIS EM MATÉRIA DE PROVA:

interações do autorregramento da vontade das partes e dos poderes
instrutórios do juiz no contexto do Processo Civil democrático

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração Direito Processual Civil, sob a orientação do Prof. Dr. Marcelo José Magalhães Bonizzi.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2019

Nome: BORGO, Maria Celia Nogueira Pinto e

Título: CONVENÇÕES PROCESSUAIS EM MATÉRIA DE PROVA: interações do autorregramento da vontade das partes e dos poderes instrutórios do juiz no contexto do Processo Civil democrático

Tese apresentada à Faculdade de Direito da
Universidade de São Paulo como exigência parcial
para obtenção do título de Doutor em Direito.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

*Aos meus avós Moacyr Miranda Pinto
(in memorian) e Leda Ferraz
Nogueira Pinto, em sinal de honra e
amor, desde sempre e para sempre.*

*Ao meu pai José Jairo Borgo (in
memorian), com saudade do que não
pôde ser.*

AGRADECIMENTOS

Nenhum título acadêmico tem sentido se não estiver a serviço das pessoas, especialmente quando obtido em instituição pública de ensino, financiada com recursos de toda a sociedade. Tenho convicção de que o final de um ciclo intenso como é um Curso de Pós-Graduação *stricto sensu* significa ter mais condições de servir. Por isso, não se pode deixar de agradecer àqueles que participaram deste processo.

Ao Professor Dr. Marcelo José Magalhães Bonizzi, pela oportunidade de estar no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, pela absoluta disposição em me orientar e a contribuir com o seu vasto conhecimento para a construção do meu. Sou grata pela forma sempre firme e gentil com que conduziu o processo de elaboração desta tese.

Aos docentes do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, com especial registro aos Professores Drs. Cândido Rangel Dinamarco, Antônio Carlos Marcato e José Roberto dos Santos Bedaque pela inestimável contribuição à minha formação desde as primeiras leituras de Direito Processual Civil. Igualmente agradeço aos professores componentes da banca de qualificação, Professores Dr. Paulo Henrique dos Santos Lucon e Dr. Fábio Guidi Tabosa Pessoa, pela contribuição valiosa que me deram. Finalmente, aos monitores e assistentes pelo acompanhamento nas aulas, seminários e conversas que serão guardadas com profunda admiração.

Aos servidores da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, especialmente da Secretaria de Pós-Graduação, Secretaria do Departamento de Processo Civil e das Bibliotecas.

À Pontifícia Universidade Católica do Paraná – *Campus* Londrina, na pessoa da Coordenadora do Curso de Direito, Professora Dra. Patrícia Sardeto, e aos colegas Clayton do Couto, Fernanda Raquel Tomás de Araújo, e Luiz Alberto Pereira Ribeiro pelo inestimável auxílio com as atividades acadêmicas, especialmente no período final de elaboração deste trabalho. Também à Universidade Estadual de Londrina, nas pessoas dos Chefes do Departamento de Direito Público, Professores Dr. Marcos Antonio Striquer

Soares e Nélia Batisti, sempre empenhados em compatibilizar minha carga-horária com as viagens semanais necessárias ao cumprimento de créditos durante o Curso.

Aos meus alunos de ontem, hoje e amanhã, pois a busca pelo conhecimento é também por eles.

Às companheiras de escritório e amigas Juliana Ramos Fernandes Braga e Natasha Brasileiro de Souza Storti, pelo imprescindível suporte especialmente nos últimos meses. Aos amigos Marcelo Dias da Silva e Thais Aranda Barrozo, pelo incentivo.

Não posso deixar de registrar especial agradecimento às amigas Kátia Alessandra Pastori Terrin, Juliana Milani, Janaína Braga Norte Pereira, Layne Ribeiro, Livia Rossi Peixoto e Janete Rossi, pois com corações generosos foram bálsamo nos dias difíceis e expressaram a multiforme graça do Deus Todo-Poderoso sobre mim.

À tia Montaha Neide Soubhie Nogueira, minhas primas e primos que amorosamente me acolheram em São Paulo nos anos deste Curso, sempre com boas conversas, risadas e saborosa comida árabe. A vocês, minha sincera gratidão.

À minha família promissense, pela compreensão nas muitas ocasiões em que não pude me ausentar de Londrina para estar com eles. À minha mãe Celia Maria Nogueira Pinto, pois apesar dos quilômetros que nos separam é presença constante em amor e oração. Ao meu querido sobrinho José Augusto Borgo Filho, pela alegria que trouxe consigo.

Ao Marcos Bzuneck, meu *amor mais amor*. Há muita vida nos aguardando! Devo estender minha gratidão à família Bzuneck, pela acolhida carinhosa sobretudo nos almoços de domingo, que me proporcionavam sempre bons momentos de descanso.

Finalmente, dou graças a Deus, cuja mão fiel e poderosa tem transformado meus desertos em mananciais.

*¡Ánimo, compañeros, que la vida
puede más, que la fe se hace más
fuerte si la tienes que gritar!*

*(Elia Fleta, na canção “Tu grito de
Victoria”)*

RESUMO

BORG, Maria Celia Nogueira Pinto e. **Convenções processuais em matéria de prova:** interações do autorregramento da vontade das partes e dos poderes instrutórios do juiz no contexto do Processo Civil democrático. 2019. 240 f. Tese (Doutorado em Direito Processual) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo.

O tema da convencionalidade em matéria processual ganhou novos espaços de debate com a edição do Código de Processo Civil vigente. A permeabilidade do Processo Civil à atuação do autorregramento da vontade das partes exige o equilíbrio entre o publicismo processual e a autonomia privada, para que a celebração de convenções processuais alcance o objetivo de racionalizar o processo e torná-lo mais eficiente aos cidadãos a partir da atuação cooperativa entre os sujeitos processuais. Para tanto, interessa compreender como se dão as interações entre a atuação jurisdicional e as convenções processuais no contexto do Processo Civil democrático no Brasil. Pela relevância teórica e prática do tema no campo do direito probatório, o recorte metodológico traçado para a pesquisa é o das convenções processuais em matéria de prova. Nesse âmbito, a dificuldade para delimitar os espaços de convivência entre as convenções processuais em matéria de prova e os poderes instrutórios constitui o problema desta pesquisa. A partir dele, objetiva-se compreender como acontecem as interações entre as convenções processuais probatórias e os poderes instrutórios para identificar se aquelas têm aptidão para a limitar a iniciativa probatória do órgão jurisdicional. A pesquisa está alicerçada primordialmente na natureza publicista do sistema processual brasileiro; na opção legislativa de atribuir ao juiz poderes instrutórios amplos e independentes da atuação das partes e nas diretrizes cooperativa e de eficiência inerentes ao Processo Civil democrático e reafirmadas pelo Código de Processo Civil de 2015. Assentadas as premissas, examina-se, primeiramente, a ampliação do fenômeno da consensualidade relativamente ao litígio e ao processo, especialmente nos séculos XX e XXI, enfocando o exame ao Direito Processual cada vez mais permeável à atuação da vontade das partes. Num segundo momento, por meio de revisão bibliográfica correspondente, analisa-se a categoria dos negócios jurídicos aplicada ao Direito Processual Civil, focando nos seus aspectos conceituais e teóricos, que respaldam o reconhecimento de sua viabilidade e utilidade nesse ambiente. Realiza-se, ainda, um estudo do modelo de negociação processual estabelecido pelo Código de Processo Civil, com vistas a fornecer os elementos necessários à compreensão do fenômeno em relação à matéria probatória. Delimitada a análise às convenções – ou seja, os negócios jurídicos processuais bilaterais ou plurilaterais –, apresenta proposta ampliativa para a identificação de convenções processuais probatórias tendo como critério a utilidade à regulação direta ou indireta de situações processuais ou procedimentos relativos à fase instrutória. A partir disso, investiga-se a aptidão das convenções processuais probatórias à limitação do exercício de poderes instrutórios pelo juiz, com base no modelo de vinculação operada segundo as posições assumidas pelo órgão jurisdicional frente às convenções processuais probatórias, como parte ou terceiro (inclusive nas situações excepcionais de homologação da convenção). Com base na análise específica de cada uma das convenções processuais probatórias identificadas na pesquisa, são apontadas situações de possibilidade e impossibilidade de limitação legítima aos poderes instrutórios do juiz.

Palavras-chave: Autorregramento da vontade. Convenções processuais probatórias. Poderes instrutórios. Processo Civil democrático

ABSTRACT

BORGO, Maria Celia Nogueira Pinto e. **Conventional agreements in matter of evidence:** interactions of self-regulation of the will of the parties and the fact finding authority of the judge in the context of the democratic Civil Procedure. 2019. 240 f. Thesis (Doctoral Degree in Procedural Law) – School of Law of the University of São Paulo – São Paulo.

The subject of the agreement of the parties in procedural matters acquired new spaces for debate with the issue of the current Code of Civil Procedure. The permeability of the Civil Procedure to the self-regulating action of the parties' will requires a balance between the procedural public nature and the private autonomy, so that the procedural agreements attains the purpose of rationalizing the process and making it more efficient to the people, based on the cooperation between the process parties. For that purpose, it is important to understand how the interactions between the court action and the procedural agreements take place in the context of the democratic Civil Procedure in Brazil. Due to the importance in theory and in practice of this subject in the field of evidence law, the methodological option made for the research is that of procedural conventions in the field of evidence. In this area, the difficulty to limit the spaces between the procedural agreements in the matter of evidence and the fact finding authority of the judge is the problem of this research. Based on that, the purpose is to understand how the interactions between the procedural agreements in matter of evidence and the fact finding authority take place, in order to identify if the first are qualified to limit the evidence finding initiative of the court. The research is based essentially on the public nature of the Brazilian procedural system; on the positive law option to give broad fact finding authority to the judge, independent from the action of the parties, and on the cooperation and efficiency guidelines inherent to the democratic Civil Procedure and reasserted by the 2015 Code of Civil Procedure. Once the premises are established, it examines the extension of the consensuality phenomenon as regards the litigation and the process, in particular in the 20th and 21st centuries, with a focus on examining the Procedural Law that is increasingly permeable to the will of the parties. In a second moment, by means of the corresponding bibliographic review, an analysis is done of the legal transactions applied to the Law of Civil Procedure, with an emphasis on the conceptual and theory aspects which back the acknowledgment of their feasibility and usefulness in this area. A study of the procedural negotiation model found in the Code of Civil Procedure is performed, so as to supply elements necessary to understand this fact as regards evidence finding. The analysis limited to the agreements – that is, the bilateral or multilateral procedural legal transactions – an enlarging proposition is made to identify the evidence procedural agreements from the point of view of the usefulness to the direct or indirect regulation of procedural situations or proceedings related to the fact finding stage. Based on that, an inquiry is made of the capacity of the evidence procedural agreements to limit the fact finding authority of the judge, based on the model of the link existing according to the positions taken by the court as regards the evidence procedural agreements as party or as third party (including the exceptional situations when the agreement is court approved). Based on a specific review of each of the evidence procedural agreements identified in the research, it points to situations of possibility and impossibility to a legitimate limitation to the judge's fact finding authority.

Keywords: Self-regulation of the will. Evidence procedural agreements. Fact finding authority. Democratic Civil Procedure.

RÉSUMÉ

BORGO, Maria Celia Nogueira Pinto e. **Conventions de procédure en matière de preuve**: interactions d'autorégulation de la volonté des parties et des pouvoirs d'instruction du juge dans le cadre de la Procédure civile démocratique. 2019. 240 f. Thèse (Doctorat en Droit de la Procédure) - Faculté de Droit de l'Université de São Paulo, São Paulo.

Le thème de la conventionalité en matière de procédure a gagné de nouveaux espaces de débat avec l'édition du Code de Procédure civile en vigueur. La perméabilité de la Procédure civile à l'action d'autorégulation de la volonté des parties requiert un équilibre entre la publicité procédurale et l'autonomie privée, de sorte que la conclusion de conventions de procédure atteigne l'objectif de rationaliser le processus et de le rendre plus efficace pour les citoyens, basé sur l'action de coopération entre sujets de la procédure. Pour ce faire, il est important de comprendre comment se font les interactions entre l'action juridictionnelle et les conventions de procédure dans le contexte de la Procédure civile démocratique au Brésil. À cause de l'importance théorique et pratique du sujet dans le domaine du droit de la preuve, l'option méthodologique retenue pour la recherche est celle des conventions de procédure en matière de preuve. Dans ce contexte, la difficulté de délimiter les espaces de coexistence entre les conventions de procédure en matière de preuve et les pouvoirs d'instruction est le problème de cette recherche. À partir de lui, on cherche à comprendre comment les interactions entre les conventions de procédure probatoires et les pouvoirs d'instruction arrivent, pour identifier si elles sont aptes à limiter la initiative en matière de preuves de l'organisme juridictionnel. La recherche repose principalement sur la nature publique du système procédural brésilien; dans l'option législative de donner au juge des pouvoirs d'instruction étendus et indépendants de l'action des parties, et sur les principes de coopération et d'efficacité inhérents à la procédure civile démocratique et réaffirmés par le code de procédure civile de 2015. Une fois les prémisses établies, on analyse l'expansion du phénomène de la consensualité en ce qui concerne le litige et le procès, en particulier aux XXe et XXIe siècles, en mettant l'accent sur l'examen du droit processuel de plus en plus perméable à l'action de la volonté des parties. Après cela, à travers d'une révision bibliographique correspondante, la catégorie de les transactions juridiques appliquée au droit de procédure civile est analysée, en se concentrant sur ses aspects conceptuels et théoriques, qui soutiennent la reconnaissance de sa viabilité et de son utilité dans cet environnement. L'étude du modèle de négociation procédurale établi par le Code de Procédure civile est également réalisée, afin de fournir les éléments nécessaires à la compréhension du phénomène par rapport à la production de preuves. L'analyse limitée aux conventions - c'est-à-dire les transactions juridiques de procédure bilatérales ou plurilatérales - on présente une proposition d'amplification pour l'identification des conventions de procédure en matière de preuve, ayant pour critère l'utilité de régler directement ou indirectement les situations processuels ou procédurales relatives à la phase d'instruction. À partir de là, on examine la capacité des conventions de procédure en matière de preuve à limiter l'exercice des pouvoirs d'instruction par le juge, sur la base du modèle de lien opéré conformément aux positions adoptées par l'organisme juridictionnel en ce qui concerne les conventions de procédure en matière de preuve, en tant que partie ou tierce personne (y compris dans les situations exceptionnelles d'homologation de l'accord). Sur la base de l'analyse spécifique de chacune des conventions de procédure en matière de preuve identifiées dans l'enquête, on signale des situations de possibilité et d'impossibilité de limiter légitimement les pouvoirs d'instruction du juge.

Mots-clés: Autorégulation de la volonté. Conventions de procédure en matière de preuve.
Pouvoirs d’instruction. Procédure civile démocratique.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 PREMISSAS AO ESTUDO DAS CONVENÇÕES PROCESSUAIS NO DIREITO PROCESSUAL CIVIL BRASILEIRO.....	16
2.1 PRIVATISMO E PUBLICISMO NA EVOLUÇÃO METODOLÓGICA DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL	17
2.2 O CARÁTER PUBLICISTA DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL BRASILEIRO	25
2.2.1 A limitação do autorregramento da vontade das partes no ambiente processual	29
2.2.2 Reflexos em matéria probatória: modelos estruturais e atribuição de poderes instrutórios ao juiz	35
2.3 O PROCESSO CIVIL NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: UMA PROPOSTA DE EQUILÍBRIO ENTRE PUBLICISMO E PRIVATISMO.....	43
2.3.1 Democracia participativa e Poder Judiciário: uma aproximação necessária ...	45
2.3.2 Reposicionamento do autorregramento da vontade no ambiente processual do Código de Processo Civil de 2015	48
2.3.3 Cooperação processual: um novo modelo?	52
2.3.4 Aplicabilidade do princípio da eficiência ao Processo Civil	56
3 NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015.....	61
3.1 DELIMITAÇÕES CONCEITUAIS E TERMINOLÓGICAS	61
3.2 AMPLIAÇÃO DOS ESPAÇOS DE CONSENSUALIDADE RELATIVOS AO LITÍGIO E AO PROCESSO NOS SÉCULOS XX E XXI	69
3.3 OS NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS NA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA: UMA POSTURA POLÍTICO-IDEOLÓGICA OU MERA IMPORTAÇÃO DE TÉCNICA PROCESSUAL?	81

3.4 O TRATAMENTO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015	92
3.5 PAPEL E REPERCUSSÃO DA CLÁUSULA GERAL DE CONVENCIONALIDADE	102
4 CONVENÇÕES PROCESSUAIS EM MATÉRIA DE PROVA: INTERAÇÕES ENTRE O AUTORREGRAMENTO DA VONTADE E PODERES DO JUIZ	110
4.1 PONTOS NEVRÁLGICOS DA CONVENCIONALIDADE EM MATÉRIA PROBATÓRIA	112
4.2 UMA PROPOSTA AMPLIATIVA PARA A IDENTIFICAÇÃO DAS CONVENÇÕES PROCESSUAIS QUE PODEM SERVIR À MATÉRIA DE PROVA: <i>CONVENÇÕES PROCESSUAIS PROBATÓRIAS PRÓPRIAS E CONVENÇÕES PROCESSUAIS PROBATÓRIAS IMPRÓPRIAS</i>	123
4.3 CONVENÇÕES PROCESSUAIS PROBATÓRIAS E A ATIVIDADE JURISDICIONAL: UMA ANÁLISE DAS INTERAÇÕES E POSSIBILIDADES DE LIMITAÇÃO DE PODERES DO JUIZ	127
4.3.1 Convenções processuais probatórias em que o juiz é parte	132
4.3.1.1 Vinculação do juiz às convenções processuais probatórias em que é parte	139
4.3.1.2 Interações com os poderes do juiz	141
4.3.1.2.1 <i>O saneamento compartilhado (artigo 357, § 3º do Código de Processo Civil)</i>	142
4.3.1.2.2 <i>O calendário processual (artigo 191 do Código de Processo Civil)</i>	148
4.3.2 Convenções processuais probatórias em que o juiz é terceiro	153
4.3.2.1 Vinculação do juiz às convenções processuais probatórias em que é terceiro	155
4.3.2.2 Interações com os poderes do juiz	159
4.3.2.2.1 <i>A dinamização convencional do ônus da prova (artigo 373, §§ 3º e 4º do Código de Processo Civil)</i>	160
4.3.2.2.2 <i>A escolha consensual do perito (artigo 471 do Código de Processo Civil)</i>	162

4.3.2.2.3 A convenção probatória atípica (artigo 190 do Código de Processo Civil)....	166
4.3.2.3 Repercussões práticas quanto à determinação ex officio da prova excluída por meio de convenção atípica	174
4.3.3 Convenções processuais probatórias em que há exigência excepcional da homologação pelo juiz	177
4.3.3.1 Vinculação do juiz às convenções processuais probatórias homologadas por ele	178
4.3.3.2 Interações com os poderes do juiz	183
4.3.3.2.1 A delimitação consensual das questões de fato e de direito (artigo 357, § 2º do Código de Processo Civil).....	184
4.4 OUTROS ASPECTOS PERTINENTES AOS PODERES DO JUIZ NA SUPERVISÃO DAS CONVENÇÕES PROCESSUAIS PROBATÓRIAS	188
4.4.1 As variações quanto ao tempo e o modo no exercício do controle de validade provocadas pela posição assumida pelo juiz na convenção processual probatória .	190
4.4.2 A atuação jurisdicional para o equilíbrio entre convenção processual probatória e eficiência.....	194
4.4.3 Utilidade do exercício de poderes instrutórios à supervisão da atuação ética das partes nas convenções processuais probatórias	205
5 CONCLUSÃO	208
REFERÊNCIAS.....	216

1 INTRODUÇÃO

A edição de um novo Código de Processo Civil brasileiro retomou e intensificou os debates sobre a possibilidade de celebração de negócios jurídicos em matéria processual. Para além do aspecto técnico do tema, as discussões sobre ele passam pela própria compreensão do Direito Processual Civil, sua natureza e os valores que deve refletir no contexto atual do Estado Democrático de Direito.

É pacífica a noção de que o Direito reflete os valores sociais, políticos, filosóficos e ideológicos do momento histórico em que se situa e de maneira semelhante o Direito Processual Civil, sua estrutura e seus institutos seguem a mesma tendência. Não poderia ser diferente na medida em que o sistema jurídico é instrumento dirigido à regulação da sociedade. A trajetória deste ramo da ciência jurídica deve ter como nota principal justamente a sua evolução de acordo com valores vigentes em determinado momento. Neste sentido, o sistema processual clássico se desenvolveu para manter a estrutura política e ideológica então vigentes, especialmente a igualdade formal e a liberdade, tratadas no século XIX praticamente como dogmas. A intangibilidade do indivíduo condicionou toda a construção do sistema jurídico da época, inclusive na seara processual, justificada pelo cenário político e social.¹

A autonomia privada ou autorregramento da vontade foi alçada a um dos pilares do direito privado, permanecendo praticamente restrita àqueles limites. Enquanto historicamente o movimento das codificações tem raízes liberais firmadas na predominância do interesse dos indivíduos, o Direito Processual se estruturou baseado no *publicismo*, *estatismo* e *protagonismo do juiz*. Firmou-se, então, o dogma da irrelevância da vontade das partes para a prática e determinação dos efeitos dos atos processuais.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 reforçou, no país, a necessidade de modificar o sistema processual (e todo o sistema jurídico) para torná-lo cada vez mais um

¹ Para ilustrar essa condição, Luiz Guilherme Marinoni faz extensa referência à ausência de previsão legal de tutelas específicas das obrigações de fazer, ou então àquelas voltadas à prevenção do dano, primando, no sistema processual, pelo uso da tutela ressarcitória instrumentalizada por procedimento padrão (**Técnica processual e tutela dos direitos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, p. 35-80).

instrumento eficiente de prestação da tutela jurisdicional ao cidadão. No Direito Processual, o fenômeno da constitucionalização trouxe os vetores indispensáveis à produção, interpretação e aplicação do direito.

Importam mais de perto a esta pesquisa dar ênfase a três desses vetores, a saber. Primeiramente, calcado na atuação cooperativa dos sujeitos do processo com vistas à obtenção de decisão de mérito justa, efetiva e tempestiva, na forma do artigo 6º do Código de Processo Civil, prestigiando a ampliação – sobretudo qualitativa – do diálogo como expressão do exercício democrático no ambiente processual. Em segundo lugar, firmado na projeção expressa do princípio da eficiência previsto no artigo 37 constitucional como baliza à atuação jurisdicional, a teor do artigo 8º do Código de Processo Civil². Por fim, a promoção do reposicionamento do autorregramento da vontade das partes como expressão da liberdade presente no artigo 5º da Constituição Federal³ que pode também avançar a espaços no processo.

Neste sentido, o Processo Civil democrático agrega às suas bases estruturantes os ideais de cooperação, eficiência e permeabilidade ao autorregramento da vontade. Logo, o compromisso de prestar tutela jurisdicional efetiva, tempestiva e com otimização de esforços e recursos não passa apenas por questões ligadas à técnica, senão também pela gestão adequada do processo.⁴ A readequação do modelo processual que se ajuste aos vetores do

² De acordo com Bruno Garcia Redondo, “a eficiência pode, dependendo do contexto, ser considerada tanto um *postulado*, quanto um *princípio*”. Será, assim, tida por postulado quando servir de fundamento ao modo de aplicação de outra norma, seja ela princípio ou regra. E será, por sua vez, considerada princípio quando impuser ao Poder Judiciário e ao juiz o dever de gestão processual eficiente (Eficiência da prestação jurisdicional e flexibilização do procedimento pelo juiz e pelas partes. **Revista Jurídica Unigran**, v. 15, n. 30, jul.- dez/2013, p. 97-110, p. 103, grifos do autor). Defendendo também a conexão do artigo 37 da Constituição Federal com o Processo Civil, especialmente à luz do comando expresso do artigo 8º do Código de Processo Civil, ver BONICIO, Marcelo José Magalhães. **Princípios do processo no código de processo civil**. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 39.

³ DIDIER JUNIOR, Fredie. Princípio do respeito ao autorregramento da vontade no processo civil. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique. **Negócios processuais**. Salvador: JusPodium, 2015, pp. 19-25.

⁴ “Querer que o processo seja efetivo é querer que desempenhe com eficiência o papel que lhe compete na economia do ordenamento jurídico. Visto que esse papel é instrumental em relação ao direito substantivo, também se costuma falar da instrumentalidade do processo. Uma noção conecta-se com a outra e por assim dizer a implica. Qualquer instrumento será bom na medida em que sirva de modo prestimoso à consecução dos fins da obra a que se ordena; em outras palavras, na medida em que seja efetivo. Vale dizer: será efetivo o processo que constitua instrumento eficiente de realização do direito material” (MOREIRA, José Carlos Barbosa. Por um processo socialmente efetivo. **Revista de Processo**. São Paulo, v.27, n.105, jan./mar. 2002, p. 183-190, p. 181).

Estado Democrático de Direito foi uma das preocupações presentes na elaboração do Código de Processo Civil de 2015.⁵

É exatamente neste ponto que ganham relevo os negócios jurídicos como expressão concreta da abertura do ambiente processual - eminentemente público – ao autorregramento da vontade das partes e também como importante mecanismo de gestão do processo.⁶ Embora não se trate de inovação absoluta, posto já se admitia o autorregramento pelas partes de determinadas situações, é certo que o Código de Processo Civil vigente sedimentou e ampliou o espaço de consensualidade no sistema processual brasileiro, a partir da previsão de negócios jurídicos processuais típicos e atípicos, estes alicerçados na cláusula geral de negociação prevista de maneira inovadora no artigo 190.

Conforme mencionado anteriormente, para além aproximação entre público e privado, a abertura à atuação das partes na formatação do procedimento decorre do modelo processual cooperativo e dialogado, plenamente compatível com os valores vetores do Estado Democrático de Direito. Todavia, por se tratar de atividade jurisdicional estatal, representativa de poder, há que se reconhecer a necessidade de limites que permitam a convivência entre autonomia privada, de um lado, e atividade jurisdicional pública, de outro.

Quanto ao recorte temático proposto para esta pesquisa – as convenções sobre matéria probatória⁷ – acredita-se tratar de um dos espaços de dúvidas e debates mais relevantes sobre o tema dos negócios jurídicos processuais, exatamente porque transita nos tênues limites do público e privado, interferindo diretamente na divisão de trabalho entre juiz e partes. Além disso, convencionar as situações processuais, ou ainda os procedimentos relativos às provas, significa permitir a interferência das partes em matéria marcada por ser

⁵ Conforme constou expressamente da Exposição de Motivos: “um sistema processual civil que não proporcione à sociedade o reconhecimento e a realização dos direitos, ameaçados ou violados, que têm cada um dos jurisdicionados, não se harmoniza com as garantias constitucionais de um Estado Democrático de Direito. Sendo ineficiente o sistema processual, todo o ordenamento jurídico passa a carecer de real efetividade. De fato, as normas de direito material se transformam em pura ilusão, sem a garantia de sua correlata realização, no mundo empírico, por meio do processo” (BRASIL. **Anteprojeto de Código de Processo Civil**. Brasília: Senado Federal, Presidência, 2010. Disponível em: <https://www.senado.gov.br/senado/novocpc/pdf/Anteprojeto.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2015).

⁶ CADIET, Loïc. Les conventions relatives au procès in droit français sur la contractualisation du règlement des litiges. **Rivista trimestrale di diritto e procedura civile**, ano LXII – Suplemento n. 3. Milano: Giuffrè. Setembro 2008, p. 7-35, p. 10.

⁷ Considerados como os negócios jurídicos bilaterais (celebrados entre as partes) ou plurilaterais (que contam com a participação do juiz na sua formação) firmados com o objetivo de regular situações processuais relativas à prova ou ao procedimento da fase instrutória.

regulada por normas tradicionalmente consideradas cogentes e, pois, com pouco ou nenhum espaço à autonomia privada. A isso se acrescentem a convergência de interesses - tanto das partes como do Estado na atividade instrutória, visto que o destinatário da prova não é mais exclusivamente o juiz - e, ainda, a relevância do resultado da prova à noção de verdade para o processo.

Portanto, nesse âmbito tende a ser maior a dificuldade para delimitar os espaços de convivência entre o autorregramento da vontade das partes e a atuação jurisdicional, especialmente quanto ao nível de interferência das convenções processuais em matéria de prova sobre os poderes instrutórios do juiz. Nisso consiste o problema central desta pesquisa. A partir dele objetiva-se compreender como acontecem as interações entre as convenções processuais probatórias e os poderes instrutórios para identificar se aquelas têm aptidão para limitar a iniciativa probatória do órgão jurisdicional.

Partindo desse ponto, a hipótese levantada nesta pesquisa é que, a depender da posição que o juiz assuma frente às convenções processuais probatórias, seja possível haver limitação legítima aos seus poderes instrutórios. Com o propósito de apresentar possíveis soluções ao problema posto, o estudo pretende, precipuamente, a partir de análise doutrinária: (i) delimitar as convenções processuais probatórias a partir de uma proposta ampliativa, que leve em conta o critério da utilidade à regulação de situações processuais e do procedimento relativo à prova; (ii) apontar a capacidade negocial do órgão jurisdicional, que o habilite à celebração de convenções processuais; (iii) verificar o modo de vinculação que as convenções processuais probatórias estabelecem ao órgão jurisdicional, com base nas distintas posições que pode assumir frente a elas; e (iv) aferir a relação da posição processual do juiz na convenção na determinação de restrições à parcela da atuação jurisdicional, com ênfase no exercício de poderes instrutórios.

A partir da hipótese emerge a tese: demonstrar como se dão as interações entre convenções processuais probatórias e atuação jurisdicional pela perspectiva da posição assumida pelo juiz na convenção, com o especial propósito de identificar as situações de possibilidade e, reversamente, de impossibilidade de limitação a poderes instrutórios. Pela sua especificidade, qualquer incursão que se faça sobre o tema das convenções processuais em matéria probatória guarda, naturalmente, em si, uma carga de ineditismo e originalidade

à Ciência Jurídica brasileira, atendendo, pois, aos critérios indispensáveis à construção de uma tese.

Estabelecidas essas bases, importa apresentar os limites da pesquisa e a estratégia da investigação que constitui seu objeto. A investigação inicia-se com a fixação de premissas ao estudo das convenções processuais que, em verdade, se destinam à compreensão geral do tema da negociação em matéria de processo. Conforme apontado anteriormente, a operacionalização de convenções processuais, a compreensão de seus limites e as possibilidades estão intimamente ligadas ao modo como se entende o sistema processual do país, bem como dos instrumentos postos à disposição de partes e juiz para o alcance de uma tutela jurisdicional efetiva. Assim, por exemplo, é pertinente incursionar em temas como os poderes instrutórios do juiz para situá-los no contexto do Processo Civil democrático, por ser este também um fator diretamente relacionado ao modo como as convenções processuais probatórias podem interferir na variação de abrangência da iniciativa probatória do juiz.

Num segundo momento, avança-se ao estudo da ampliação dos espaços de consensualidade no Direito, tanto nas relações de direito material como também no Direito Processual, especialmente a partir da retomada de sua importância nos séculos XX e XXI, em países europeus e no Brasil. Com vistas à construção da tese, essa fase da pesquisa destina-se a fornecer os elementos conceituais e teóricos indispensáveis à compreensão das convenções probatórias, à luz do tratamento dado à matéria pelo Código de Processo Civil de 2015.

Finalmente, busca-se delimitar, pela perspectiva da utilidade, o rol das convenções processuais probatórias para, em seguida, relacioná-las à capacidade negocial do órgão jurisdicional. Identificadas as modalidades convencionais probatórias em que o juiz atue como parte ou como terceiro. O estudo prossegue em demonstrar os diferentes modos de vinculação do órgão jurisdicional com o objetivo de aferir a possibilidade ou não de haver limitação legítima ao exercício de seus poderes instrutórios, apontando, inclusive, as circunstâncias para tanto.

Ao final, embora não seja o enfoque primordial da pesquisa, procura-se analisar outros aspectos relevantes decorrentes das interações entre o autorregramento da vontade das partes e a atuação jurisdicional, especialmente no que diz respeito ao poder-dever do juiz em supervisionar a prática das convenções processuais probatórias.

Ainda que sem pretensão de esgotamento do tema, tamanha a sua amplitude, espera-se trazer algumas luzes ao estudo da convencionalidade em matéria probatória, evidenciado, sobretudo, o necessário equilíbrio entre os interesses privados e públicos em torno do Processo Civil democrático, sem o qual corre-se o risco de que as dificuldades em torno das convenções processuais probatórias repercuta negativamente em relação à sua prática.

o juiz impedido de atuar ativamente na determinação da prova em razão da convenção, eventual simulação poderia sequer ser descortinada.

Este raciocínio também se estende à hipótese de limitação legítima à iniciativa probatória do juiz, provocada por meio da convenção produzida no saneamento compartilhado, conforme artigo 357, § 3º do Código de Processo Civil, devidamente analisada neste Capítulo (item 4.3.1.2.1). Também aqui, havendo indício sério da violação ao dever de comportamento ético das partes, o juiz estará autorizado a ultrapassar os limites estabelecidos pela convenção à sua iniciativa probatória se assim for necessário.

Independentemente de assumir a posição assumida pelo juiz em relação à convenção processual probatória, nas hipóteses em que as partes a tenham celebrado com vistas à violação dos deveres éticos aplicáveis ao processo, estarão sujeitas à atuação oficiosa do juiz para coibir o alcance de objetivos ilícitos. Eventual invalidação e o exercício de poderes instrutórios voltados à finalidade de controle ético das partes no desempenho da convencionalidade ratificam o publicismo processual, a despeito da crescente permeabilidade do sistema ao autorregramento da vontade. Além disso, reafirmam os vetores do Estado Democrático de Direito no ambiente processual, enaltecendo o propósito das convenções que é o de racionalizar o processo tornando-o mais eficiente.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa se propôs ao estudo das interações do autorregramento da vontade das partes e a atuação jurisdicional no âmbito das convenções processuais em matéria de prova, com o propósito primordial de identificar se aquelas têm aptidão para a limitação de poderes instrutórios conferidos ao juiz pelo artigo 370 do Código de Processo Civil.

A análise foi estruturada tendo como pano de fundo o Estado Democrático de Direito e os seus reflexos ao Direito Processual Civil, em cujo contexto devem ser compreendidas e operacionalizadas as convenções processuais em geral, sob pena de não se obter êxito na racionalização do processo.

Diante disso, como premissa estabeleceu-se que o Processo Civil democrático (i) torna o Poder Judiciário um *locus* legítimo ao exercício da democracia participativa, que se concretiza pela ampliação, sobretudo qualitativa, da comunicação ou do diálogo entre os sujeitos processuais durante o processo; (ii) insere as partes na produção não apenas da decisão, mas também da norma processual, baseada no reconhecimento do autorregramento da vontade; e (iii) busca promover a eficiência do processo em dimensões ampla, tangente ao funcionamento das estruturas do Poder Judiciário, e estrita, relativa à efetividade da prestação jurisdicional.

Esses aspectos se alinham aos vetores de cooperação, reposicionamento do autorregramento da vontade e eficiência apontados como base do sistema processual contextualizado ao Estado Democrático de Direito, e favorecem o reconhecimento e a implementação da convencionalidade em matéria processual.

Em relação a esse fenômeno, verificou-se que a sua admissibilidade tende a variar nos diferentes ordenamentos jurídicos, conforme sejam eles mais ou menos permeáveis à interferência da vontade das partes no Processo Civil. Isso se dá em consonância com a opção político-ideológica de cada país pois, como se apresentou anteriormente, não há como desconectar o Direito dessa conjuntura. Nesta linha de raciocínio, pode-se afirmar que o prestígio ao autorregramento da vontade no sistema processual civil brasileiro exprime uma postura político-ideológica, ainda que em determinados aspectos o faça com base em técnicas inspiradas em ordenamentos jurídicos estrangeiros.

Isso não significa que o processo estatal tenha deixado sua matriz publicista. Ao contrário, a permeabilidade do sistema processual ao autorregramento da vontade compreendida na perspectiva democrática do processo não anula o papel ativo do juiz como contrapeso indispensável ao exercício da autonomia das partes, cabendo a ele o papel, sempre que necessário, de controle desses espaços de liberdade.

Essas são as bases sobre as quais devem ser interpretados e operacionalizados os negócios jurídicos processuais, entendidos como os atos consistentes em declarações de vontade unilaterais ou plurilaterais capazes de constituir, modificar e extinguir situações processuais, ou alterar o procedimento. As restrições ao seu exercício decorrem das prescrições normativas (como acontece no caso dos pressupostos de existência e validade genéricos e específicos à celebração de negócios jurídicos) e também, como não poderia deixar de ser, da interpretação integral do sistema processual, a começar do texto constitucional.

Como apontado ao longo da pesquisa, a celebração de negócios jurídicos processuais atinge o juiz, em alguma medida, uma vez que a constituição, modificação ou extinção de situações processuais, ou a alteração do procedimento, interferem na atividade jurisdicional. Daí a exigência de serem equacionados os interesses privados e públicos atuantes nessa complexa relação. A dificuldade em delimitar os espaços de convivência entre o autorregramento da vontade das partes e os poderes inerentes à atividade jurisdicional pode comprometer o alcance dos propósitos pelos quais se admite a celebração de convenções processuais que visam, primordialmente, ao desenvolvimento cooperativo e eficiente do processo.

Assim, assentados os aspectos principiológicos, teóricos e conceituais sobre os quais se estruturou a pesquisa, o estudo avançou rumo às convenções processuais probatórias para, a partir da análise de suas interações com a atividade jurisdicional, delimitar os espaços de convivência entre o autorregramento da vontade e os poderes instrutórios do juiz.

Para responder aos objetivos específicos expostos na introdução deste trabalho, a pesquisa se desenvolveu no sentido de identificar as convenções processuais probatórias por uma perspectiva ampliativa fundada no critério de utilidade à regulação de matéria probatória, ainda que tangencialmente. A aferição dessa aptidão se dá pela relação estabelecida entre o objeto da convenção e a prova.

Diante disso, propôs-se a classificação das convenções processuais probatórias em próprias e impróprias. Quanto às primeiras, há uma relação imediata entre o elemento objetivo do acordo com a prova, de modo que as situações processuais ou os procedimentos relativos a ela são, pela própria natureza da convenção, o seu conteúdo exclusivo. Neste sentido, identificou-se como convenções processuais probatórias próprias a dinamização

convencional do ônus da prova (artigo 373, §§ 3º e 4º do Código de Processo Civil) e a escolha consensual do perito (artigo 471 do Código de Processo Civil).

Por outro lado, as convenções processuais probatórias impróprias são aquelas que: (i) sendo típicas, têm aptidão para a regulação de matéria probatória, embora não tenham sido concebidas pelo legislador exclusivamente com essa finalidade; ou (ii) independente da tipificação legal, seu objeto não sirva apenas a questões probatórias. Assim, integram essa classe o calendário processual (artigo 191 do Código de Processo Civil), a delimitação consensual das questões de fato e de direito (artigo 357, § 2º do Código de Processo Civil e o acordo decorrente do saneamento compartilhado (artigo 357, § 3º do Código de Processo Civil).

A inclusão deste último como modalidade convencional se sustentou, no estudo, em duas dimensões. A primeira, no sentido de que as características que emergem da dinâmica do saneamento compartilhado se alinham ao conceito de negócio jurídico processual adotado, marcado pela declaração, neste caso plurilaterais, de vontade capaz de constituir, modificar e extinguir situações processuais, ou alterar o procedimento. A segunda, afeita à utilidade, visto que dentre os temas passíveis de deliberação conjunta pelos sujeitos processuais encontram-se alguns que repercutem na fase instrutória do processo.

Sugeriu-se, ainda, que a convenção processual atípica (artigo 190 do Código de Processo Civil) pode assumir tanto a condição de próprias ou impróprias, a depender da análise do seu elemento objetivo no caso concreto.

Feita essa delimitação, o exame prosseguiu para a investigação sobre a eventual aptidão de que tais convenções limitem o exercício de poderes instrutórios conferidos ao magistrado, a partir das posições que ele pode assumir no acordo, como parte ou terceiro. Isso porque a configuração subjetiva da convenção processual probatória tem potencial para determinar o modelo da vinculação do juiz aos efeitos diretos ou internos da pactuação. Consequentemente, implicará em maior possibilidade de limitação de poderes instrutórios do juiz.

Antes, porém, foi necessário incursionar sobre a capacidade negocial do órgão jurisdicional, exatamente para que seja possível considerá-lo como parte da convenção processual probatória, ou seja, declarante de vontade dirigida à sua formação. Neste sentido, a pesquisa fundamentou o reconhecimento de capacidade negocial ao juiz em três diferentes

perspectivas de análise, concluindo: (i) pela compreensão de que o conceito de parte na convenção processual não corresponde, necessariamente, das perspectivas processual e material do conceito; (ii) pela existência de interesse público na condução cooperativa e eficiente do processo, alinhada aos vetores do Processo Civil democrático; (iii) pela existência, em casos específicos, de autorização legislativa ao exercício dessa capacidade.

A conjunção desses fatores apontou para a conclusão quanto à possibilidade de que o juiz assuma a posição de parte da convenção processual probatória, desde que em determinadas circunstâncias cumulativas, assim identificadas: (i) existência de expressa disposição legal que determine a presença do juiz como declarante de vontade formadora da convenção; (ii) consequentemente, limitada às modalidades típicas de convenção, por força dos limitação do elemento subjetivo previsto na cláusula geral de convencionalidade; (iii) que não exclua poderes inerentes à atividade jurisdicional, muito embora tenham sua abrangência reconfigurada.

Diante dessas evidentes restrições, concluiu-se que o sistema processual trata a capacidade negocial do juiz ainda como excepcional, o que se justifica pelas próprias características da função jurisdicional, que não pode dar abertura à atuação arbitrária.

Logo, a regra é de que o juiz permaneça na condição de terceiro à convenção processual, situação em que poderá atuar somente voltado à fiscalização do ato negocial das partes ou, ainda, excepcionalmente, na homologação do acordo. Sobre esta função, o estudo demonstrou que se trata unicamente de condição de eficácia da convenção estabelecida *ope legis* ou pela vontade das partes, que podem subordinar expressamente a produção de efeitos da convenção à homologação judicial. Por atuar exclusivamente no plano da eficácia da convenção não tem o condão de alterar a posição do juiz, que permanece como terceiro.

No campo das convenções processuais probatórias, concluiu-se que o juiz atua como parte na celebração de calendário processual e no saneamento compartilhado. Por outro lado, ostenta a condição de terceiro em relação à dinamização convencional sobre o ônus da prova, à escolha consensual do perito, às convenções atípicas e à delimitação das questões de fato e de direito. Nesta última, em específico, a lei exige a sua atuação também na homologação.

Uma vez identificadas as posições que o juiz pode assumir frente às convenções processuais probatórias, foi possível investigar de que modo estará vinculado a elas e, portanto, se subordinará aos efeitos diretos ou internos do negócio. Quanto a esse aspecto,

aplicam-se às convenções processuais o regime estabelecido na teoria geral dos negócios jurídicos, sendo necessário, no entanto, ajustá-lo às particularidades das convenções em matéria processual. Isso porque o regime geral informa que apenas os sujeitos que tenham concorrido para a formação do negócio jurídico se subordinam aos seus efeitos diretos ou internos. Enquanto isso, aos terceiros incidem, em regra, os efeitos indiretos ou externos ao negócio jurídico, que resulta no dever de respeitá-los.

Porém, no caso específico das convenções processuais, observou-se que mesmo naquelas situações em que o juiz ostente a posição de terceiro poderá eventualmente sofrer restrições aos seus poderes. Isso se dá pela existência de conexão entre as situações processuais dos sujeitos do processo ao longo do seu desenvolvimento. Assim, quando por meio da convenção, as partes dispuserem sobre situações processuais suas que se desdobrem nas atribuições do juiz, interferirá em sua atuação podendo, inclusive, reconfigurar o seu quadro de poderes.

Situação diversa acontece em relação às situações processuais tituladas pelo juiz que não representam atribuições independentes da atuação das partes, como é o caso dos poderes instrutórios. Nesta pesquisa, adotou-se o entendimento no sentido de serem eles amplos e independentes da iniciativa das partes, mesmo no contexto do Código de Processo Civil de 2015. A opção se deu porque, apesar de ser um dos reflexos da característica hiperpublicista do Processo Civil do século XIX, o seu alicerce foi – e permanece sendo – o dever estatal de prestar a tutela jurisdicional efetiva, adequada à pacificação social e ao restabelecimento da ordem jurídica. Para tanto, é imprescindível que o juiz tenha condições de, *sempre que possível*, reconstruir o arcabouço fático que embasa os argumentos das partes, com vistas a alcançar o maior grau de convencimento possível.

Nem todas as convenções processuais probatórias se interagem diretamente com os poderes instrutórios do juiz. Essas interconexões se apresentam sobretudo quando no objeto convencional (i) houver deliberação sobre exclusão ou restrição a meios de prova, ou ainda, (ii) nos casos de delimitação de questões fáticas sobre as quais recairá a atividade probatória.

Com base nesse esquema e consideradas as convenções processuais probatórias identificadas anteriormente na pesquisa, se relacionam com poderes instrutórios: o saneamento compartilhado; a delimitação consensual das questões de fato e de direito e a convenção atípica que exclua ou limite meios de prova. Nestes casos, o estudo conduziu à

conclusão de que a posição assumida pelo juiz na convenção poderá ser determinante para limitar legitimamente os poderes instrutórios.

Observou-se, inicialmente, que na delimitação consensual sobre as questões de fato⁴⁵⁷ o que há, em realidade, é a restrição dos marcos objetivos da atividade instrutória, o que interfere diretamente na sua abrangência das partes e do juiz. Logo, não se pode dizer que há limitação propriamente de poderes instrutórios, o que ocorre apenas por via reflexa. Por esta perspectiva, a posição assumida pelo juiz não é fator determinante porque, como se observou, a limitação à iniciativa probatória do juiz se fundamenta na própria redução da abrangência da instrução no caso concreto. Todavia, dentro daquele espectro, o juiz está autorizado a determinar *ex officio* a produção da prova que entenda indispensável à formação de sua convicção.

Entretanto, segundo a linha de raciocínio desenvolvida nesta pesquisa, o acordo oriundo do saneamento compartilhado tem aptidão à restrição legítima aos poderes instrutórios do juiz. Uma vez deliberado a respeito dos meios de prova, o magistrado poderá exercê-los dentro dos limites estabelecidos conjuntamente com as partes. Fora dessas hipóteses, no caso de permanência de dúvida que impeça formar a sua convicção, deverá julgar pela regra do ônus da prova (estática ou convencional).

A despeito disso, entendeu-se possível o exercício de poderes instrutórios em excepcionalíssimas situações, mediante decisão fundamentada. A primeira, de invalidação posterior da convenção de saneamento, ou então, quando a causa tenha por objeto direitos indisponíveis.

Diferentemente, no caso das convenções processuais probatórias atípicas, observou-se a sua inaptidão à limitação de poderes instrutórios do juiz, ainda quando por meio delas as partes excluam ou restrinjam meios de prova para o caso concreto. Isso porque a posição de terceiro ostentada pelo juiz é um dos fatores determinantes que impedem a incidência dos efeitos da convenção atípica sobre ele. O estudo apontou que a redação expressa do artigo 190 do Código de Processo Civil indica que a construção da cláusula geral excluiu o juiz do seu alcance, limitando-o aos efeitos externos à convenção processual, uma vez que os

⁴⁵⁷ Tanto aquela que se dá por com a participação apenas das partes (artigo 357, § 2º), como a que pode acontecer no saneamento compartilhado (artigo 357, § 3º).

poderes instrutórios são autônomos em relação à atuação das partes, escapando ao seu poder de disposição.

Ainda que seja lícito às partes dispor sobre meios de prova, a convenção não tem o condão de vincular o juiz, mantendo os seus poderes instrutórios plenamente exercitáveis, inclusive para determinar *ex officio* prova eventualmente excluída pelas partes. Especificamente em relação a isso, apontou-se relevante repercussão prática pertinente à determinação oficiosa de perícia, relativa ao pagamento de honorários do perito que, nessa hipótese, devem ser rateados pelas partes a teor do artigo 95, *caput*, do Código de Processo Civil. Considerando os possíveis entraves à realização da prova por falta de pagamento dos honorários, sugeriu-se, *de lege lata*, que, nos casos de determinação *ex officio* de perícia excluída por convenção das partes, o custo da prova se transfira ao Estado, adequando-se a interpretação da norma mencionada.

Confirmando, pois, a hipótese levantada no início da pesquisa, a análise dessas convenções permitiu reafirmar a existência de opção legislativa no sentido de admitir que, em casos específicos, os poderes instrutórios do juiz sofram limitações legítimas, desde que este tenha concorrido como emissor de declaração de vontade formadora da convenção. Isso não representa afronta aos vetores do Processo Civil democrático, pois o próprio sistema estabelece as situações limitantes.

Finalmente, independentemente da posição que assuma frente à convenção processual probatória cabem ao juiz, ainda, atuar no sentido (i) de fiscalizar a validade do acordo e (ii) de zelar pelo seu adequado cumprimento, inclusive determinando as providências necessárias para tanto, sob pena de negar eficácia à norma convencional válida.

Em relação ao controle de validade, concluiu-se que a posição assumida pelo juiz na convenção processual probatória não impede a sua realização, porém, o modifica quanto ao modo e momento de exercício no processo. A partir dessas observações, identificou-se o controle como simultâneo e em perspectiva (a ser exercido nas convenções em que o juiz seja parte) e, diversamente, posterior e concreto (nas hipóteses em que seja terceiro).

Nos desdobramentos da atuação fiscalizatória do juiz acontecem interessantes interações com as convenções processuais probatórias que também demandam a equalização entre autorregramento da vontade e os poderes do magistrado. Neste sentido, observou-se

que o sistema o autoriza a exercê-los no sentido de invalidar a convenção, mas não alterar o seu conteúdo, sob pena de invasão indevida ao espaço de liberdade das partes. Mais que isso, a leitura adequada do assunto apontou que o juiz não pode desprestigiar a cooperação nem a eficiência (que no caso das provas se manifesta pelo princípio da máxima eficiência dos meios de prova), para que a convencionalidade em matéria processual realmente promova a racionalização e efetividade do processo.

De todo o estudo é possível reafirmar a matriz publicista do Processo Civil brasileiro. Apesar de atualmente mais permeável à atuação do autorregramento da vontade, foi possível constatar que o sistema processual ainda confere ao juiz uma parcela considerável de poderes no sentido de viabilizar o equilíbrio entre interesses públicos e privados atuantes no processo.

REFERÊNCIAS

ABBOUD, Georges. **Processo constitucional brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

ALMEIDA, Diogo Assumpção Rezende de. **A prova pericial no processo civil:** o controle da ciência e a escolha do perito. Rio de Janeiro: Renovar, 2011.

_____. **A contratualização do processo:** das convenções processuais no processo civil. São Paulo: LTr, 2014.

AMARAL, Francisco. **Direito civil:** introdução. 6. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

AMARAL, Paulo Osternack. **Provas:** atipicidade, liberdade e instrumentalidade. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

ANDRADE, Érico. As novas perspectivas do gerenciamento e da “contratualização” do processo. **Revista de processo**, vol. 193, mar./2011, pp. 167-200. Disponível em: www.revistadotribunais.com.br/maf/app/resultList/document?&src=rl&srguid=i0ad6adc50000016331dd65d90f0341d0&docguid=Ic54dc100659311e0bd4c0000855dd350&hitguid=Ic54dc100659311e0bd4c0000855dd350&spos=2&epos=2&td=3&context=45&crumb-action=append&crumb-label=Documento&isDocFG=false&isFromMultiSumm=&startChunk=1&endChunk=1. Acesso em 20 abr. 2018.

ANSANELLI, Vincenzo. Modulazioni dela tratazione nella recente reforma italiana del processo civile: spunti minimi di rafronto comparato. **Revista de processo comparado**, v. 3, jun.-nov./2016. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/RProComp_n.3.10.PDF. Acesso em: 29 nov. 2018.

AROCA, Juan Montero. Sobre el mito autoritário de la “buena fe procesal”. In: _____ (Coord.) **Proceso civil e ideologia:** un prefacio, una sentencia, dos cartas y quince ensayos. Valencia: Tirantlo Blanch, 2006, p. 294-336.

_____. El proceso civil llamado ‘social’ como instrumento de justicia autoritaria. In: _____ (Coord.). **Proceso civil e ideologia:** un prefacio, una sentencia, dos cartas y quince ensayos. Valencia: Tirantlo Blanch, 2006, p. 130-166.

ATAÍDE JUNIOR, Jaldemiro Rodrigues. Negócios jurídicos materiais e processuais – existência, validade e eficácia – campo-invariável e campos-dependentes: sobre os limites dos negócios jurídicos processuais. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique. **Negócios processuais**. 3. ed. Salvador: JusPodium, 2017, pp. 289-314.

AVELINO, Murilo Teixeira. A posição do magistrado em face dos negócios jurídicos processuais. **Revista de processo**, v. 246, ago/2015, pp. 219-238.

_____. A posição do magistrado em face dos negócios jurídicos processuais – já uma releitura. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique. **Negócios processuais**. 3. ed. Salvador: JusPodium, 2017, pp. 401-424.

AZEVEDO, Antônio Junqueira de. **Negócio jurídico**: existência, validade e eficácia. São Paulo: Saraiva, 1974.

BARREIROS, Lorena Miranda Santos. **Convenções processuais e poder público**. Salvador: JusPodium, 2017.

BARROZO, Thais Aranda. O calendário processual no direito francês e no italiano: reflexos no novo Código de Processo Civil. In: ZUFELATO, Camilo et al (coords). **I colóquio Brasil-Itália de direito processual civil**. Salvador: JusPodium, 2016, pp. 481-502.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. **Direito e processo**. Influência do direito material sobre o processo. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2009.

_____. **Poderes instrutórios do juiz**. 7. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

BETTI, Emilio. **Teoria generale del negozio giuridico** (ristampa corretta della II edizione). Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 2002.

BODART, Bruno Vinícius da Rós. Ensaio sobre a prova pericial no Código de Processo Civil de 2015. **Revista de Processo**, vol. 244, jun./2015, pp. 33-57. Disponível em: <https://www.revistadotribunais.com.br/maf/app/resultList/document?&src=rl&srguid=i0ad82d9b00000166d32a433a78427a13&docguid=Ib6da55b0222311e5bdc5010000000000&hitguid=Ib6da55b0222311e5bdc5010000000000&spos=1&epos=1&td=195&context=16&crumb-action=append&crumb-label=Documento&isDocFG=true&isFromMultiSumm=true&startChunk=1&endChunk=1> Acesso em: 01 nov. 2018.

BONATO, Giovani. Il sistema probatorio nel processo civile italiano. **Revista da Faculdade de Direito da UFMG**, Belo Horizonte, n. 71, jul.-dez./2017, pp. 165-188. Disponível em: <<https://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/viewFile/1876/1778>>. Acesso em: 01 jan. 2019.

BONICIO, Marcelo José Magalhães. **Proporcionalidade e processo:** a garantia constitucional da proporcionalidade, a legitimação do processo civil e o controle das decisões judiciais. São Paulo: Atlas, 2006.

_____. Princípios do processo no novo Código de Processo Civil. São Paulo: Saraiva, 2016.

BONIZZI, Marcelo José Magalhães. Estudo sobre os limites da contratualização do litígio e do processo. **Revista de processo**, v. 269, a. 42, p. 139-149, jul./2017.

_____. **Fundamentos da Prova Civil.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

BRASIL. Decreto nº. 737 de 25 de novembro de 1850. Determina a ordem do Juízo no Processo Commercial. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/dim737.htm. Acesso em: 02 jun. 2018.

_____. Código de Processo Civil (1939). Decreto-Lei nº 1.608 de 18 de setembro de 1939. Código de Processo Civil. Brasília, DF: Senado, 1939.

_____. Código de Processo Civil (1973). Lei nº 5.869 de 11 de janeiro de 1973. Institui o Código de Processo Civil. Brasília, DF: Senado, 1973.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Contém as emendas constitucionais posteriores. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Lei nº 9.307 de 23 de setembro de 1996. Dispõe sobre a arbitragem. Brasília, DF: Senado, 1996.

_____. Código Civil (2002). Lei nº. 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Senado, 2002.

_____. Comissão especial destinada a proferir parecer ao Projeto de lei nº 6.025, de 2005, ao Projeto de lei nº 8.046, de 2010, ambos do Senado Federal, e outros, que tratam do “Código de Processo Civil” (revogam a lei nº 5.869, de 1973). Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2013.

_____. Código de Processo Civil (2015). Lei n.º 13.105 de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Brasília, DF: Senado, 2015.

_____. **Anteprojeto de Código de Processo Civil**. Brasília: Senado Federal, Presidência, 2010. Disponível em <https://www.senado.gov.br/senado/novocpc/pdf/Anteprojeto.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2015.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **Decisão em 05 dez. 2018**, recurso repetitivo tema nº 988, Corte Especial. Estado de Mato Grosso. ANDRIGHI, Nancy. Publicada no DJE disponibilizado em 19 dez. 2018. Disponível em: http://www.stj.jus.br/repetitivos/temas_repetitivos/pesquisa.jsp. Acesso em: 22 dez. 2018.

BUZAID, Alfredo. A influência de Liebman no direito processual civil brasileiro. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, v. 72, n. 1, 1977, pp. 131-152.

CABRAL, Antonio do Passo. **Convenções processuais**. Salvador: JusPodium, 2016.

CABRAL, Antonio do Passo. **Convenções processuais**. 2. ed. rev., atual. e ampl. Salvador: JusPodium, 2018.

CADIET, Loïc. Les conventions relatives au procès en droit français. Sur la contractualisation du règlement des litiges. **Rivista trimestrale di diritto e procedura civile**, anno LXII – Supplemento al fascicolo 3/2008. Milano: Dott. A. Giuffrè Editore, 2008, p. 7-35.

CADIET, Loïc. Pour une “théorie générale du procès”. **Ritsumeikan Law Review**, n. 28, junho/2011, pp. 127-145. Disponível em: <http://www.ritsumei.ac.jp/acd/cg/law/lex/rlr28/rlr28idx.htm>. Acesso em: 11 abr. 2018.

_____. Los acuerdos procesales em derecho francés: situación actual de la contractualización del proceso y de la justicia em Francia. **Civil procedure review**, v. 3, n. 3, aug-dec./2012, pp. 3-35. Disponível em: www.civilprocedurereview.com. Acesso em: 03 ago. 2015.

_____. La qualification juridique des accords processuels. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique (Coords.). **Negócios processuais**. Salvador: JusPodium, 2015, pp. 93-103.

_____. La tendance a la contractualisation de la justice et du procès. **Revista de processo**, v. 261, nov./2016, pp. 117-137. Disponível em: <http://www.revistadotribunais.com.br/maf/app/document?&src=rl&srguid=i0ad6adc5000001634aa21ed32a3acba0&docguid=Iab0a23508f9b11e6862e010000000000&hitguid=Iab0a23508f9b11e6862e010000000000&spos=2&epos=2&td=2&context=13&crumb-action=append&crumb-label=Documento&isDocFG=false&isFromMultiSumm=&startChunk=1&endChunk=1>. Acesso em: 10 maio 2018.

CAMBI, Eduardo. **Direito constitucional à prova no processo civil**. Coleção Temas Atuais de Direito Processual Civil. v. 3. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

CAMPOS, Eduardo Luiz Cavalcanti. **O princípio da eficiência no processo civil brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

CANELLA, Maria Giulia. Gli accordi processuali francesi volti alla “regolamentazione collettiva” del processo civile. **Rivista trimestrale di diritto e proceduracivile**, anno LXIV, n. 2, v. 64. Milano: Dott. A. Giuffrè Editore, 2010, pp. 549-580.

CANOTILHO, Joaquim José Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. 5. ed. Coimbra: Almedina, 2000.

CAPONI, Remo. Autonomia privata e processo civile: gli accordi processuali. **Rivista trimestrale di diritto e procedura civile**, anno LXII – Supplemento al fascicolo 3/2008. Milano: Dott. A. Giuffrè Editore, 2008, pp. 99-119.

_____. O princípio da proporcionalidade na justiça civil: primeiras notas sistemáticas. **Revista de processo**, v. 192, fev./2011, pp. 398-415.

CAPPELLETTI, Mauro. **Proceso, ideologias, sociedad**. Traducción de Santiago Sentís Melendo y Tomás A Banghaf. Buenos Aires: Ediciones Juridicas Europa-America, 1974.

CARMONA, Carlos Alberto. **Arbitragem e processo**: um comentário à Lei nº 9.307/1996. 2. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2006.

_____. O novo Código de Processo Civil e o juiz hiperativo. In: **O novo Código de Processo Civil**: questões controvertidas. (Vários autores). São Paulo: Atlas, 2015, pp. 61-75.

CARNELUTTI, Francesco. **Lezioni di diritto processuale civile**. Padova: La litotipo – Editrice Universitaria, 1920.

_____. **Istituzioni del nuovo processo civile italiano**, 4ª edição emendada e aggiornata, vol. primo. Roma: Soc. ed. del “foro italiano”, 1951.

CHIOVENDA, Giuseppe. **Instituições de direito processual civil**. v. 1. São Paulo: Saraiva, 1942.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria geral do processo**. 13. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1997.

CIPRIANI, Franco. El proceso civil italiano entre revisionistas y negacionistas. In: AROCA, Juan Montero (Coord.). **Proceso civil e ideologia**: un prefacio, una sentencia, dos cartas y quince ensayos. Valencia: Tirantlo Blanch, 2006.

CÓDIGO de Processo Civil: histórico da lei. v. I, t. I. Brasília: Senado Federal (Subsecretaria de edições técnicas), 1974.

COMISSÃO de juristas responsável pela elaboração do anteprojeto do novo Código de Processo Civil. **Anteprojeto do novo Código de Processo Civil**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496296/000895477.pdf?sequence=1>. Acesso em: 30 ago. 2016.

COOTER, Robert; ULEN, Thomas. **Direito & economia**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

COSTA, Adriano Soares da. **Brevíssimas notas sobre os negócios jurídicos processuais**. 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/23775732/BREV%C3%8DSSIMAS_NOTAS SOBRE_OS_NEG%C3%93CIOS_JUR%C3%8DDICOS_PROCESSUAIS_ELEITORAIS?auto=download. Acesso em: 13 nov. 2018.

COSTA, Eduardo José da Fonseca. Calendarização processual. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique. **Negócios processuais**. 3. ed. Salvador: JusPodium, 2017, pp. 511-526.

COSTA, Judith Matins. O direito privado como um “sistema em construção”: as cláusulas gerais no Projeto do Código Civil brasileiro. **Revista de informação legislativa**. Brasília: Senado Federal, a. 35, n. 139, jul.-set./1998, pp. 5-22, p. 8. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/r139-01.pdf>. Acesso em: 09 out. 2018.

COSTA, Marília Siqueira da. **Convenções processuais sobre intervenção de terceiros**. Salvador: Editora JusPodium, 2018.

COSTA NETO, José Wellington Bezerra da. **Protagonismo judicial: novo ativismo e teoria geral da função jurisdicional**. São Paulo: Leud, 2017. *E-book*.

COUTO, Camilo José D’Ávila. **Ônus da prova no processo civil: dinamização – teoria e prática**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2016.

CUNHA, Leonardo Carneiro da. O processo civil no Estado Constitucional e os fundamentos do projeto do novo código de processo civil brasileiro. **Revista de processo**, v. 209, julho/2012, pp. 349-374.

_____. A Previsão do Princípio da Eficiência no Projeto do Novo Código de Processo Civil Brasileiro. **Revista de Processo**, vol. 233, jul./2014, pp. 65-84. Disponível em: <https://www.revistadotribunais.com.br/maf/app/resultList/document?&src=rl&srguid=i0ad6adc6000001666a2fbf8519c65fa6&docguid=I8fdb6720fcf311e3999a010000000000&hitguid=I8fdb6720fcf311e3999a010000000000&spos=1&epos=1&td=4000&context=13&crumb-action=append&crumb-label=Documento&isDocFG=false&isFromMultiSumm=&startChunk=1&endChunk=1>. Acesso em: 12 out. 2018.

_____. Negócios jurídicos processuais no processo civil brasileiro. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique (Coords.). **Negócios processuais**. Salvador: JusPodium, 2015, pp. 27-62.

_____. Negócios jurídicos processuais no processo civil brasileiro. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique (Coords.). **Negócios processuais**. 3. ed. Salvador: JusPodium, 2015, pp. 39-74.

CUNHA, Marcelo Garcia da. Notas comparativas entre o sistema adversarial norte-americano e o sistema inquisitorial: qual sistema está mais direcionado a fazer justiça? **Revista de processo**, v. 249, nov./2015, pp. 451-468.

DAVIS, Kevin E.; HERSHKOFF, Helen. Contracting for procedure. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique. **Negócios processuais**. 3. ed. Salvador: JusPodium, 2017, pp. 165-212.

DE PLÁCIDO E SILVA. **Vocabulário jurídico**. 11. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1994.

DENTI, Vittorio. La evolución del derecho de las pruebas em los procesos civiles contemporáneos. In: **Estudios de derecho probatório**. Buenos Aires: EJEa, 1974.

DIDER JUNIOR, Fredie. Três modelos de direito processual: inquisitivo, dispositivo e cooperativo. **Revista de processo**, v. 198, a. 36, pp. 213-225, ago./2011.

_____.; NOGUEIRA, Pedro Henrique. **Teoria dos fatos jurídicos processuais**. 2. ed. rev. ampl. e atual. Salvador: JusPodium, 2013.

_____. **Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento**. v. 1. Salvador: JusPodium, 2014.

_____. Princípio do respeito ao autorregramento da vontade no processo civil. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique (Coords.). **Negócios processuais**. Salvador: JusPodium, 2015, pp. 19-25.

_____. **Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento**. 18. ed. v.1. Salvador: JusPodium, 2016.

_____.; LIPIANI, Júlia; ARAGÃO, Leandro Santos. Negócios jurídicos processuais em contratos empresariais. In: DIDIER JUNIOR, Fredie. **Ensaio sobre os negócios jurídicos processuais**. Salvador: JusPodium, 2018, pp. 169-191.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **A reforma do Código de Processo Civil**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 1995.

_____. Tutela jurisdicional. **Revista de processo**, São Paulo, a. 21, n. 81, p. 54-79, jan./fev./mar. 1996.

_____. **Instituições de direito processual civil**. 4. ed. rev. e atual. v. I. São Paulo: Malheiros, 2004.

_____. **Instrumentalidade do processo**. 11. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

_____. **Instituições de direito processual civil**. 6. ed. v. II. São Paulo: Malheiros, 2009.

_____.; LOPES, Bruno Vasconcelos Carrilho. **Teoria geral do novo processo civil** (de acordo com a Lei 13.256 de 4.2.2016). São Paulo: Malheiros, 2016.

_____. **Instituições de direito processual civil**. 7. ed. rev. e atual. v. II. São Paulo: Malheiros, 2017.

_____. **Instituições de direito processual civil**. 7. ed. rev. e atual. v. III. São Paulo: Malheiros, 2017.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**. 23. ed. v. 3: teoria das obrigações contratuais e extracontratuais. São Paulo: Saraiva, 2007.

DI SPIRITO, Marco Paulo Denucci. Controle de formação e controle de conteúdo do negócio jurídico processual. **Revista de direito privado**, ano 16, v. 63, jul.-set./2015, pp. 125-193, p. 145.

FARIA, Marcela Kohlbach de. Vinculación del juez a las convenciones en materia de prueba. In: NOGUEIRA, Pedro Henrique; CAVANI, Renzo (Coords.). **Convenciones procesales**. Estudios sobre negocio jurídico y proceso. v. 1. Lima: Rague ediciones, 2015.

FENOLL, Jordi Nieva. La actuación de oficio del juez nacional europeo. **Revista de processo**, v. 279, maio/2018, pp. 419-439.

FERRARA, Luigi Cariota. **Il negozio giuridico nel diritto privato italiano**. Napoli: Casa Editrice A. Morano, ?

FERREIRA, William Santos. **Princípios fundamentais da prova cível**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

_____. A prova pericial no novo Código de Processo Civil. **Revista do advogado**, a. XXXV, nº. 126, maio/2015, pp. 204-209.

FONSECA, Elena Zucconi Galli. Il calendario del processo. **Rivista trimestrale di diritto e procedura civile**, anno LXVI, v. 66, n. 4. Milano: Dott. A. Giuffrè Editore, dicembre/2012, pp. 1393-1407.

FONSECA, Carlos Medeiros. Poderes instrutórios do juiz e negócio jurídico processual: uma breve análise à luz do novo código de processo civil brasileiro. **Revista Jurídica Luso Brasileira**, ano 2 (2016), nº. 2. Lisboa: Centro de Investigação de Direito Privado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, p. 297-316.

FRANÇA, Constituição da República Francesa, de 04 de outubro de 1958. Disponível em: <http://www.assemblee-nationale.fr/connaissance/constitution.asp>. Acesso em: 30 abr. 2018.

GAJARDONI, Fernando da Fonseca. **Flexibilização procedimental: um novo enfoque para o estudo do procedimento em matéria processual**, de acordo com as recentes reformas do CPC. São Paulo: Atlas, 2008.

GARCEZ, José Maria. **Elementos básicos de direito internacional privado**. Porto Alegre: Síntese, 1999.

GODINHO, Robson Renault. Negócios processuais sobre o ônus da prova no Código de Processo Civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

_____. A possibilidade de negócios jurídicos processuais atípicos em matéria probatória. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique (coords). **Negócios Processuais**. Coleção Grandes Temas do Novo CPC, v. 1. Salvador: Jus Podium, 2015, p. 407-416.

GOMES, Sérgio Alves. **Hermenêutica constitucional: um contributo à construção do Estado Democrático de Direito**. Curitiba: Juruá, 2008.

GRECO, Leonardo. A prova no processo civil: do Código de 1973 ao novo Código Civil. **Scientia iuris**, v. 5/6, 2001/2002, pp. 93-123. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/iuris>. Acesso em 14 nov. 2017.

_____. Publicismo e privatismo no processo civil. **Revista de processo**, v. 164, p. 29-56, out/2008.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. t. I e II. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1997.

_____. **Facticidad y validez:** sobre el derecho y el Estado democrático de derecho en términos de teoría del discurso. 4. ed. Madrid: Trotta, 2005.

ITÁLIA. Costituzione della Repubblica Italiana. Assembleia Costituente, 22/12/1947. Disponível em: <https://www.senato.it/documenti/repository/istituzione/costituzione.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2018.

_____. Codice di procedura civile. Disponível em: <http://www.altalex.com/documents/codici-altalex/2015/01/02/codice-di-procedura-civile>. Acesso em: 30 abr. 2018.

_____. Legge del 18 di giugno 2009, n. 69. Pubblicata nella Gazzetta Ufficiale n. 140 del 19 giugno 2009, Supplemento ordinário n. 95. Disponível em: <http://www.camera.it/parlam/leggi/09069l.htm>. Acesso em: 30 abr. 2018.

_____. Corte costituzionale. Sentenza n. 216/2013. Camera di Consiglio del 03/07/2013. Decisione del 03/07/2013. Pubblicazione in Gazzetta Ufficiale del 24/07/2013. Disponível em: <https://www.cortecostituzionale.it/actionSchedaPronuncia.do?anno=2013&numero=216>. Acesso em: 30 abr. 2018.

KERN, Cristoph A. Procedural contracts in Germany. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique (Coords.). **Negócios processuais**. Salvador: JusPodium, 2015, pp. 179-191.

KNIJNIK, Danilo. **A prova nos juízos cível, penal e tributário**. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

LACERDA, Galeno. Processo e cultura. In: **Revista de direito processual civil**. v. III. São Paulo: Saraiva, 1961, p. 74-86.

_____. **Comentários ao Código de Processo Civil**. 7. ed. v. III. t. I. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

LEONEL, Ricardo Barros. Normas bifrontes no novo Código Civil: prescrição e decadência. **Revista justitia**. Disponível em: https://www.google.com/search?source=hp&ei=Zh_iW5T8M4q8wASL-6SoDw&q=normas+bifrontes+no+novo+c%C3%B3digo+civil+ricardo+barros+leonel&oq=normas+bifrontes+no+novo+c%C3%B3digo+civil+ricardo+barros+leonel&gs_l=psy-ab.3..33i160k1.682.13528.0.13818.61.52.0.5.5.0.344.7098.0j27j8j3.38.0....0...1c.1.64.psy-

ab..18.41.6721...0j0i131k1j0i10k1j0i22i30k1j33i21k1.0.3Lr2olvizWo. Acesso em: 30 ago. 2018.

LIEBMAN, Enrico Tullio. **Manual de direito processual civil**. v. II. Tocantins: Intelectus, 2003.

_____. **Manual de direito processual civil**. Trad. e notas de Cândido Rangel Dinamarco. 3. ed. v. I. São Paulo: Malheiros Editores, 2005.

LIMA, Jairo Néia. **Direito fundamental à inclusão social**: eficácia prestacional nas relações privadas. Curitiba: Juruá, 2012.

LOPES, João Batista. Direito à prova, discricionariedade judicial e fundamentação da sentença. In: JOBIM, Marco Félix; FERREIRA, William Santos. **Direito probatório**. 3. ed. Salvador: JusPodium, 2018, pp. 55-64.

MACÊDO, Lucas Buril de; PEIXOTO, Ravi de. Negócio processual acerca da distribuição do ônus da prova. **Revista de Processo**, vol. 241, mar/2015, pp. 463-487. Disponível em: <<https://www.revistadotribunais.com.br/maf/app/resultList/document?&src=rl&srguid=i0ad6adc500000168394056e4015ec8a8&docguid=I4d41edc0cc6f11e4ae62010000000000&hitguid=I4d41edc0cc6f11e4ae62010000000000&spos=1&epos=1&td=1&context=26&crumb-action=append&crumb-label=Documento&isDocFG=false&isFromMultiSumm=&startChunk=1&endChunk=1>>. Acesso em: 19 abr. 2015.

MARCATO, Ana Cândida Menezes. A influência do sistema probatório da arbitragem no regime da prova pericial do NCPC. In: JOBIM, Marco Félix; FERREIRA, William Santos. **Direito probatório**. 3. ed. rev. e ampl. Salvador: JusPodium, 2018, pp. 1241-1254.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Técnica processual e tutela dos direitos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

_____; MITIDIERO, Daniel. **O projeto do CPC**: crítica e propostas. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

_____; ARENHART, Sérgio Cruz. **Prova e convicção**: de acordo com o CPC de 2015. 3. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

_____.; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel Francisco. **Curso de processo civil**. v. 1. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

_____. El acuerdo sobre la prueba y los objetivos del processo civil. **La prueba em el processo/Evidence in the process** (II Conferencia Internacional & XXVI Jornadas Iberoamericanas de Derecho Procesal). Barcelona: Atelier libros jurídicos, 2018, pp. 79-104. Disponível em: [https://www.academia.edu/38120569/El_acuerdo_sobre_la_prueba_y_los_objetivos_del_p roceso_civil?email_work_card=view-paper](https://www.academia.edu/38120569/El_acuerdo_sobre_la_prueba_y_los_objetivos_del_p_ roceso_civil?email_work_card=view-paper). Acesso: em 09 jan. 2019.

MAZZEI, Rodrigo Reis. Notas iniciais à leitura do novo Código Civil. In: ALVIM, Manuel Arruda; ALVIM, Thereza (Coords.). **Comentários ao Código Civil brasileiro**: Parte geral. v. I (arts. 1º a 103). Rio de Janeiro: Forense, 2005.

MEDINA, José Miguel Garcia. **Novo código de processo civil comentado**. São Paulo: Revista dos tribunais, 2015.

_____. **Novo código de processo civil comentado**. 4. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 13. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2001.

MELLO, Marcos Bernardes de. **Teoria do fato jurídico**: plano da existência. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

_____. **Teoria do fato jurídico**: plano da eficácia (1ª parte). 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

_____. **Teoria do fato jurídico**: plano da validade. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MITIDIERO, Daniel Francisco. O processualismo e a formação do Código Buzaid. **Revista de processo**, v. 183, p 165-194, maio/2010, p. 2 na versão online. Disponível em: <http://www.revistadostribunais.com.br/maf/app/resultList/document?&src=rl&srguid=i0ad82d9b00000162db15bc65c8f86bae&docguid=Ia3d25750f25411dfab6f010000000000&hitguid=Ia3d25750f25411dfab6f010000000000&spos=10&epos=10&td=13&context=18&crumb-action=append&crumb-label=Documento&isDocFG=false&isFromMultiSumm=&startChunk=1&endChunk=1>. Acesso em: 16 out. 2017

_____. **Processo e cultura:** praxismo, processualismo e formalismo em direito processual civil. 31p., p. 6. Disponível em: www.abdpc.org.br. Acesso em: 14 maio 2016.

_____. **Colaboração no processo civil.** 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MOLLICA, Rogerio. **Comentários ao Código de Processo Civil.** v. 2 (arts. 318 a 538). BUENO, Cássio Scarpinella (Coord.). São Paulo: Saraiva, 2017, pp. 332-399.

MONTEIRO FILHO, Carlos Edison do Rêgo; BIANCHINI, Luiza Lourenço. Breves considerações sobre a responsabilidade civil do terceiro que viola o contrato (tutela externa do crédito). In: TEPEDINO, Gustavo; FACHIN, Luiz Edson. **Diálogos sobre Direito Civil.** v. 3. Rio de Janeiro: Renovar, 2012, pp. 453-471.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. O juiz e a prova. **Revista de processo**, v. 35, jul-set/1984, pp. 178-184.

_____. A função social do processo civil moderno e o papel do juiz e das partes na direção e instrução do processo. In: _____. **Temas de direito processual:** terceira série. São Paulo: Saraiva, 1984, pp. 43-56.

_____. Convenções das partes sobre matéria processual. In: _____. **Temas de direito processual:** terceira série. São Paulo: Saraiva, 1984, pp. 87-98.

_____. Os poderes do juiz na direção e na instrução do processo. In: _____. **Temas de direito processual:** quarta série. São Paulo: Saraiva, 1989, p. 45-51.

_____. Sobre a “participação” do juiz no processo civil. In: _____. **Temas de direito processual:** quarta série. São Paulo: Saraiva, 1989, p. 53-66.

_____. Por um processo socialmente efetivo. **Revista de Processo.** São Paulo, v. 27, n.105, jan./mar. 2002, p. 183-190.

_____. Reformas processuais e poderes do juiz. **Revista da EMERJ**, v. 6, n. 22, 2003, p. 58-72.

_____. O processo, as partes e a sociedade. In: _____. **Temas de direito processual:** oitava série. São Paulo: Saraiva, 2004, pp. 29-40.

_____. **Comentários ao Código de Processo Civil** (Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973). 14. ed. rev. e atual. v. V (arts. 476 a 565). Rio de Janeiro: Forense, 2008.

_____. O neoprivatismo no processo civil. **Revista brasileira de letras jurídicas**, nº 26, pp. 197-210. Disponível em: <http://www.ablj.org.br/revistas/revista26.asp>. Acesso em: 05 maio 2016.

_____. O problema da “divisão do trabalho” entre juiz e partes: aspectos terminológicos. **Revista de processo**, ano 11, v. 41, pp. 7-14.

MÜLLER, Julio Guilherme. **Negócios processuais e desjudicialização da produção da prova**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

NALIN, Paulo. **Do contrato: conceito pós moderno**. Em busca de sua formulação na perspectiva civil-constitucional. 4. tir. Curitiba: Juruá, 2004.

NERY, Rosa Maria Andrade. Fatos processuais. Atos jurídicos processuais simples. Negócio jurídico processual (unilateral e bilateral). Transação. **Revista de direito privado**, v. 64, out.-dez./2015, pp. 261-274.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de direito processual civil**. 8. ed. v. único. Salvador: JusPodium, 2016.

NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa. Sobre os acordos de procedimento no processo civil brasileiro. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique (coords). **Negócios Processuais**. Coleção Grandes Temas do Novo CPC. v. 1. Salvador: *JusPodium*, 2015, p.81-92.

_____. **Negócios jurídicos processuais**. Salvador: JusPodium, 2016.

_____. **Negócios jurídicos processuais**. 3. ed. rev. atual. e ampl. Salvador: JusPodium, 2018.

NOVAIS, Jorge Reis. Contributo para uma teoria do estado de direito. Coimbra: Almedina, 2006.

OLIVEIRA, Bruno Silveira de. Notas acerca dos negócios jurídicos processuais atípicos – parte I: custos operacionais. **Revista de processo**, v. 283, set./2018, pp. 39-54, p. 5 (versão

online). Disponível em:
<https://www.revistadotribunais.com.br/maf/app/resultList/document?&src=rl&srguid=i0ad82d9b00000166db231f1accc65f1c&docguid=Ia6e688f097ae11e8aa89010000000000&hitguid=Ia6e688f097ae11e8aa89010000000000&spos=1&epos=1&td=1&context=13&crumb-action=append&crumb-label=Documento&isDocFG=false&isFromMultiSumm=&startChunk=1&endChunk=1>.
 Acesso em: 26 out. 2018.

OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. Poderes do juiz e visão cooperativa do processo. **Revista da Ajuris**, n. 90, jun./2003, pp. 55-84.

_____. **Do formalismo no processo civil**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

PARANÁ. Tribunal De Justiça Do Paraná. **Decisão em 31 jul. 2014**, Agravo de instrumento nº 1.243.177-5, 17ª Câ. Cível, Londrina/PR, SCHWEITZER, Fabian. decisão monocrática. Publicada no DJE nº 1386 em 06.08.2014. Disponível em: <https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/11712676/Decis%C3%A3o%20monocr%C3%A1tica-1243177-5>. Acesso em 08 jan. 2019.

_____. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. **Decisão em 19 jul. 2018**, autos n.º 0043759-63.2014. 8.16.0014, 8ª V. Cív. Londrina/PR. LUZ, Marcos Caires. Publicada no DJE disponibilizado em 20 jul. 2018. Disponível em: https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/arquivo.do?_tj=29ebcccc94f671648ea62ddf3061aa6876ce157ccae48e5c342580a1fa13f8e7b547efa1dd6cb363. Acesso em: 05 set. 2018.

_____. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. **Decisão em 24 set. 2018**, autos n.º 0043759-63.2014. 8.16.0014, 8ª V. Cív. Londrina/PR. LUZ, Marcos Caires. Publicada no DJE disponibilizado em 24 set. 2018. Disponível em: https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/arquivo.do?_tj=29ebcccc94f671648ea62ddf3061aa6876ce157ccae48e5c342580a1fa13f8e7b547efa1dd6cb363. Acesso em: 05 set. 2018.

_____. Tribunal De Justiça do Paraná. **AGRAVO DE INSTRUMENTO nº 1.271.052-4**, 12ª C. Cível, Londrina, Relator Desembargadora Ângela Maria Machado Costa, unânime, julgamento em 07.10.2015, DJe nº1671 de 19.10.2015. Disponível em: <https://www.tjpr.jus.br/consulta-2grau> . Acesso em: 05 jan. 2019

_____. Tribunal de Justiça do Paraná. **Resolução nº 01/2010**, com modificações da Emenda Regimental nº 01/2016, de 13.09.2016 e atualizado até a Resolução nº 42/2018, publicada no DJe nº 2273, de 05.06.2018.

_____. Tribunal de Justiça do Paraná. 8ª Câmara Cível. **Correição Parcial nº 0043696-41.2018.8.16.0000**, Bocaiúva do Sul, Rel.: Desembargador Luiz Cezar Nicolau, publicado no DJPR-e de 17.10.2018. Disponível em: <https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/4100000007687992/Decis%C3%A3o%20monocr%C3%A1tica-0043696-41.2018.8.16.0000#>. Acesso em: 30 nov. 2018.

PASSOS, José Joaquim Calmon de. Democracia, participação e processo. [Democracia, participação e processo. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel; WATANABE, Kazuo (Coord.). **Participação e processo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988, pp. 83-97.

_____. Esboço de uma teoria das nulidades aplicada às nulidades processuais. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

PENASA, Luca. Gli accordi processuali in Italia. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique (Coords.). **Negócios processuais**. 3. ed. Salvador: JusPodium, 2017, pp. 255-287.

PESSOA, Fábio Guidi Tabosa. Breves Considerações em Torno da Disciplina do Direito Intertemporal no CPC 2015. In: **O novo Código de Processo Civil**: questões controvertidas. (Vários autores). São Paulo: Atlas, 2015, pp. 120-153.

_____. **Comentários ao Código de Processo Civil**. v. 1 (arts. 1º a 317). BUENO, Cássio Scarpinella (Coord.). São Paulo: Saraiva, 2017, pp. 191-207.

PERLINGIERI, Pietro. **Perfis do direito civil**: introdução ao direito civil constitucional. Trad. Maria Cristina De Cicco. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

PEYRANO, Jorge Walter. **El proceso civil**: princípios y fundamentos. Buenos Aires: Editorial Astrea de Alfredo y Ricardo Depalma, 1978.

PICARDI, Nicola. **Manuale del processo civile**. Milano: Dott. A. Giuffrè Editore, 2006.

PICÓ I JUNOY, Joan. **O juiz e a prova**: estudo da errônea recepção do brocardo *iudex iudicare debet secundum allegata et probata, non secundum conscientiam* e sua repercussão atual. Trad. Darci Guimarães Ribeiro. 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2017.

PISANI, Andrea Proto. Público e privado no Processo Civil na Itália. **Revista da EMERJ**, v. 4, n. 16, 2001, pp. 23-42.

POMJÉ, Caroline. A mitigação da incidência do adágio *iura novit curia* em virtude das convenções processuais: breve análise do art. 357, § 2º, do Novo Código de Processo Civil. In: MARCATO, Ana et al. **Negócios processuais**. Salvador: JusPodium, 2017, pp. 65-81.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Tratado de direito privado**: parte geral, t. III: Negócios Jurídicos. Atual. Marcos Bernardes de Mello e Marcos Ehrhardt Junior. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

PORTUGAL. Código de Processo Civil (2013). Lei n.º 41 de 26 de junho de 2013. Aprova o Código de Processo Civil. Disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1959&tabela=leis. Acesso em: 07 mar. 2018.

PRATA, Ana. A tutela constitucional da autonomia privada. Coimbra: Almedina, 1982.

PUOLI, José Carlos Baptista. **Os poderes do juiz e as reformas do processo civil**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

RAATZ, Igor. **Autonomia privada e processo civil**: negócios jurídicos processuais, flexibilização procedimental e o direito à participação da construção do caso concreto. Salvador: JusPodium, 2017.

RAVAGNANI, Giovani dos Santos. Regras da IBA sobre “taking of evidence”: compatibilidade com as normas processuais brasileiras. **Revista de processo**, v. 283, set./2018, pp. 565-606.

REDONDO, Bruno Garcia. Eficiência da prestação jurisdicional e flexibilização do procedimento pelo juiz e pelas partes. **Revista Jurídica Unigran**, v. 15, n. 30, jul.- dez/2013, pp.97-110.

RIBEIRO, Darci Guimarães; SCALABRIN, Felipe. O papel do processo na construção da democracia: para uma nova definição de democracia participativa. **Revista Scientia iuris**, v. 13, 2009, pp. 155-168. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/iuris>. Acesso em: 13 jun. 2016.

RODRIGUES, Marco Antonio dos Santos; PORTO, José Roberto Sotero de Mello. Princípio da eficiência processual e direito à boa jurisdição. **Revista de Processo**, n. 275, pp. 89-117. Disponível em: <https://www.revistadotribunais.com.br/maf/app/resultList/document?&src=rl&srguid=i0ad6adc5000001666a495bdd04f444c5&docguid=If606d830fb3d11e78357010000000000&hitguid=If606d830fb3d11e78357010000000000&spos=2&epos=2&td=3655&context=77&crumb-action=append&crumb-label=Documento&isDocFG=false&isFromMultiSumm=&startChunk=1&endChunk=1> Acesso em: 07 out. 2018.

ROPPO, Enzo. **O contrato**. Trad. Ana Coimbra e M. Januário C. Gomes. Coimbra: Almedina, 2009.

SANTOS, Moacyr Amaral. **Prova judiciária no cível e comercial**. 4. ed. v. 1. São Paulo: Max Limonad, 1970.

SCAVONE JUNIOR, Luiz Antonio. **Manual de Arbitragem**. 2 tir. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

SCHLOSSER, Peter F. Einverständliches parteihandeln im deutschen zivilprozess. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique (Coords.). **Negócios processuais**. Salvador: JusPodium, 2015, pp. 105-120.

SICA, Heitor Vitor Mendonça. **Preclusão processual civil**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Comentários ao Código de Processo Civil**. v. 1 (arts. 1º a 317). BUENO, Cássio Scarpinella (Coord.). São Paulo: Saraiva, 2017, pp. 736-773.

SILVA, Beclaute Oliveira. Verdade como objeto do negócio jurídico processual. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique. **Negócios processuais**. 3. ed. Salvador: JusPodium, 2017, pp. 553-576.

SILVA, Ovídio Araújo Baptista da. **Processo e ideologia: o paradigma racionalista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

SILVA, Paula Costa e. **Acto e processo: o dogma da irrelevância da vontade na interpretação e nos vícios do actopostulativo**. Coimbra: Coimbra Editora, 2003.

SOTELO, José Luis Vázquez. Iniciativas probatórias del juez em el processo civil. **Revista de processo**, a. 34, n. 177, nov./2009, p. 93-152.

SOUSA, Miguel Teixeira de. **Estudos sobre o novo processo civil**. 2. ed. Lisboa: Lex, 1997.

SOUZA, Carlos Aurélio Mota de. **Poderes éticos do juiz**: a igualdade das partes e a repressão ao abuso do processo. Porto Alegre: Fabris, 1987.

SPRUNG, Rainer. Os fundamentos do direito processual civil austríaco. **Revista de processo**, v. 17, jan.-mar./1980, pp. 138-149.

STEINMETZ, Wilson. **A vinculação dos particulares a direitos fundamentais**. São Paulo: Malheiros Editores, 2004.

TALAMINI, Eduardo. **Comentários ao Código de Processo Civil**. v. 2 (arts. 318 a 538). BUENO, Cássio Scarpinella (Coord.). São Paulo: Saraiva, 2017, pp. 141-214.

TARUFFO, Michele. Poteri probatori delle parti e del giudice in Europa. **Revista de processo**, ano 31, v. 133, mar./2006, pp. 239-266.

TARUFFO, Michele. Verità e probabilità nella prova dei fatti. **Revista de processo**, vol. 154, dez./2007, pp. 207-222

_____. Verità negoziata? **Rivista trimestrale di diritto e procedura civile**, anno LXII – Supplemento al fascicolo 3/2008. Milano: Dott. A. Giuffrè Editore, 2008, p. 69-98.

TROCKER, Nicolò. Il contenzioso transnaonale e il diritto delle prove. **Rivista trimestrale di Diritto e Procedura Civile**, a. XLVI, n. 2, giugno/1992. Milano: Dott. A. Giuffrè Editore, pp. 475-507.

TUCCI, José Rogério Cruz e; AZEVEDO, Luiz Carlos de. **Lições de história do processo civil romano**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996.

_____. Contra o Processo Autoritário. In: **O Novo Código de Processo Civil**: questões controvertidas. (Vários autores). São Paulo: Atlas, 2015, pp.267-281.

_____. Natureza e objeto das convenções processuais. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique (Coords.). **Negócios processuais**. 3. ed. rev. e ampl. Salvador: JusPodium, 2017, pp. 23-29, p. 27.

TUCCI, Rogério Lauria. **Temas e problemas de direito processual**. São Paulo: Saraiva, 1983.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; SANTOS, Evaristo Aragão. Sobre o ponto de equilíbrio entre a atividade instrutória do juiz e o ônus da parte de provar. In: MEDINA, José Miguel Garcia; CRUZ, Luana Pedrosa de Figueiredo; CERQUEIRA, Luís Otávio Sequeira de; GOMES JUNIOR, Luiz Manoel. **Os poderes do juiz e o controle das decisões judiciais**: estudos em homenagem à Professora Teresa Arruda Alvim Wambier. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, pp. 152-164.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim et al. **Primeiros comentários ao novo Código de Processo Civil**: artigo por artigo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

WATANABE, Kazuo. **Da cognição no processo civil**. 2. ed. atual. Campinas: Bookseller, 2000.

YARSHELL, Flávio Luiz. **Tutela jurisdicional**. São Paulo: Atlas, 1998.

YARSHELL, Flávio Luiz. Antecipação da prova sem o requisito da urgência e direito autônomo à prova. São Paulo: Malheiros, 2009.

YARSHELL, Fávio Luiz. Convenção das partes em matéria processual: rumo a uma nova era? In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique. **Negócios processuais**. 3. ed. Salvador: JusPodium, 2017, pp. 75-92.

ZUFELATO, Camilo. Flexibilização procedimental e gestão processual no direito brasileiro. In: _____ et al. **I colóquio Brasil-Itália de direito processual civil**. Salvador: JusPodium, 2016, pp. 245-264.